

PALAVRÃO É TUDO QUE TEM NO CORPO DE DEUS UM ESTUDO SOBRE O OBSCENO DAS CRIANÇAS

Cibele Noronha de **Carvalho** – UFMG

Resumo

Discutiu-se a apropriação que as crianças fazem, por meio de músicas, parlendas e de informações acerca da sexualidade interditas pelos adultos. Objetivou-se investigar como e por que as crianças compartilham um conjunto de saberes sobre a sexualidade constituindo uma “cultura obscena infantil” por referência do conceito. O trabalho se situa no campo da Sociologia da Infância, operando com os conceitos de “reserva simbólica” de Sarmento, “reprodução interpretativa” de Corsaro, “folclore obsceno das crianças” do historiador e etnólogo Claude Gaignebet. O recurso metodológico utilizado foi a análise do cotidiano escolar de crianças, tendo como procedimentos de coleta de dados a observação não estruturada com registro em diário de campo, o registro fotográfico de grafitos em portas de banheiro e carteiras e entrevistas informais com professores e alunos. Concluiu-se que o folclore obsceno infantil pode ser compreendido como uma resposta adaptativa das crianças às proibições de uma administração simbólica da infância socio-historicamente variável. Por se tratar de um estudo de caso, credor das especificidades do grupo em questão, tais conclusões não poderão ser universalizadas, tampouco esgotam as possibilidades de outros modos e outras razões.

Palavras Chaves: reprodução interpretativa, folclore obsceno infantil, sexualidade infantil

PALAVRÃO É TUDO QUE TEM NO CORPO DE DEUS UM ESTUDO SOBRE O OBSCENO DAS CRIANÇAS

Nos últimos anos, as investigações das ciências sociais têm conferido maior visibilidade à infância com uma crescente produção, embora a presença da criança nas pesquisas não seja novidade. O que há de relativamente novo é, por um lado, o *status* assumido pelos sujeitos infantis. Cada vez mais as crianças têm sido estudadas a partir de uma perspectiva epistêmica que as entende como atores que conferem significado através de suas ações, atuam e mesmo transformam a realidade social (DELALANDE 2008, SARMENTO 2008). Por outro, tal perspectiva investigativa tem buscado apreender a singularidade de suas formas de significação do mundo. Com isto, o escopo teórico-metodológico de investigação vem sendo ampliado, no diálogo com diferentes campos

de conhecimento, destacadamente a sociologia, antropologia, psicologia, filosofia, estética e linguagem. Esta significativa produção tem contemplado os mais diversos temas, como os distintos espaços sociais e estratégias de socialização da infância, a produção cultural da e para a criança, as interações e linguagens infantis, entre outros¹.

Observa-se, no entanto, que se alguns temas ganharam visibilidade, enriquecendo o conhecimento sobre a infância, algumas de suas manifestações continuam inexploradas. Para além dos esforços de valorização das múltiplas linguagens da criança, expressões “clandestinas” dos sujeitos de pouca idade permanecem pouco estudadas. A relação da criança com o corpo, com a sua sexualidade (embora este tema seja central no campo psicanalítico) ou as manifestações escatológicas são tomadas como expressões de mau gosto ou vulgaridade (FACTOR, 2001). Embora sejam facilmente observadas em piadas, parlendas, músicas, jogos gráficos, constituem ainda uma lacuna nos estudos contemporâneos da infância.

Tais expressões foram objeto de análise do folclorista francês Gaignebet (1974, 2002), que as denominou folclore obsceno das crianças, ou seja, “um certo número de textos, falas e gestos compartilhados no interior de suas sociedades infantis, que podem ser qualificadas de obscenos,(...) porque ofendem o pudor e a decência.” (GAIGNEBET, 1974, 2002)

Ao mesmo tempo velado e evidente, o folclore obsceno infantil é de existência óbvia: mesmo quem não convive com crianças pode acessá-lo pela lembrança. Sabemos que ele existe, mas sabemos também que ele não vem a público facilmente. Da ordem do recalcado social, o obsceno conta com o véu do esquecimento, do recato ou das metáforas, como exemplifica a parlenda muito conhecida das crianças brasileiras: “vaca amarela, pulou da janela, quem falar primeiro come *tudo* dela.”

Faz-se necessário, portanto, conferir visibilidade a esta expressão infantil silenciada que, tal como sugere a etimologia da palavra obsceno², situa-se por detrás da vida social. Temos como objeto de análise, neste texto, a investigação do obsceno infantil, buscando resgatar suas manifestações. Para tal, iremos inicialmente apresentar a pouca

² De etimologia obscura, a palavra parece ser derivada do latim *obscenus*, referente a “maus presságios”. No entanto, alguns dicionários (ver, por exemplo, BREAL, M.; BAILLY, A. Dictionnaire Étymologique latin. Paris: Librairie Hachette, s/d.) supõem que a variação *obscaenus* sugira haver um intermediário, entre o modelo grego e o latino, referente a *scena*, *obs-cena*, “fora de cena”.

produção sobre o tema, presente especialmente no campo do folclore. Posteriormente, iremos analisar as principais características do obsceno infantil. Por fim, iremos descrever a investigação desenvolvida com um grupo de crianças numa escola, em que buscou-se resgatar suas expressões, bem como analisar suas contribuições e limites.

O obsceno das crianças

Freud foi um dos primeiros autores a se debruçar sobre expressões e jogos verbais infantis, no seu estudo “Os chistes e as espécies de cômico”³, publicado em 1905. Para o autor, as produções infantis podem ser entendidas como manifestações do cômico, especialmente o que o psicanalista define como cômico ingênuo. Para o autor, o cômico ingênuo: “... ocorre quando alguém desrespeita completamente uma inibição, inexistente em si mesmo- portanto, quando parece vencê-la sem nenhum esforço. É uma condição para a produção do efeito do ingênuo que saibamos que a pessoa envolvida não possui tal inibição, de outro modo ela não seria ingênua, mas imprudente” (1905/1977, p. 208). Continuando, afirma que: “...não nos surpreenderá a constatação de que o ingênuo ocorra, bem mais frequentemente, nas crianças, sendo depois reservado a adultos não instruídos, que podemos considerar infantis, no que se refere ao desenvolvimento intelectual⁴” (FREUD, idem, ibidem, p. 209).

Porém, o autor afirma que esta ingenuidade pode ser enganadora, pois muitas vezes as crianças se representam como ingênuas, para desfrutar uma liberdade que de outra forma, não lhes seria permitida (idem, ibidem). Ao longo do texto, Freud aborda o obsceno, buscando construir sua psicogênese, entendendo que na criança tais manifestações mostram-se menos sujeitas à moderação imposta pela educação. Porém, indica que existe uma identidade própria do cômico infantil: “ certos motivos de prazer das crianças parecem perdidos para nós adultos” (idem, ibidem, p.253) Embora recalcitrante no aprofundamento da questão, afirma que: “ as coisas cômicas são aquelas impróprias para um adulto” (idem, ibidem, p. 255).

Freud confere centralidade à interdição, como elemento definidor da distinção entre crianças e adultos na produção e apreciação do cômico obsceno, bem como faz alusão à

³ Outro autor, referido por Freud, que de maneira ainda mais breve comentou os jogos infantis, tomando-os como expressão do cômico, foi Bergson, em seu breve e criticado estudo sobre o riso (vide Alberti, 1999)

⁴ Freud fez no texto a associação entre o primitivismo da criança e dos povos primitivos, reproduzindo uma representação corrente á época. (vide GOUVEA & GERKEN, 2008)

moderação imposta pela educação. Cabe compreender que a interdição do obsceno à criança, constitui uma construção histórica, tendo sido objeto de análise de Norbert Elias em seu estudo do processo civilizador europeu. (ELIAS, 1939, 2011). Para o autor, a construção histórica da Modernidade caracteriza-se, entre outros elementos, pela separação entre universo infantil e universo adulto, em que alguns elementos da cultura adulta deveriam ser interditos às crianças.

Como demonstração desta premissa, Elias recorre aos chamados tratados de civilidade, destacadamente a obra: *A civilidade pueril* de Erasmo de Roterdan⁵. Erasmo produziu um tratado de civilidade, voltado para instrução dos pais na educação da infância, estabelecendo comportamentos próprios à criança bem educada, distintos do adulto. Assim afirmava: “Uma criança de boa educação não deve conspurcar a língua com palavras obscenas, nem prestar-lhes atenção. O nome das coisas que conspurca o olhar também contamina a boca” (ROTerdAN, 1531/1978, p. 102).

Na análise da obra, Elias percebe nestas orientações a emergência da distinção e separação entre universo adulto e infantil, especialmente no que se refere à sexualidade e à linguagem.

Caracteristicamente, ao longo do século XIX afirma-se a radicalidade desta separação e interdição de elementos da cultura adulta aos sujeitos de pouca idade. Para Elias, este seria um dos traços do ideário civilizatório próprio dos países europeus sedimentado naquele momento. Em suas palavras: “O medo e a vergonha com que a área sexual da vida instintiva, como muitas outras, é cercada, desde os primeiros anos, a ‘conspiração do silêncio’ observada no discurso social a respeito destes assuntos, está praticamente completa” (idem, *ibidem*, p. 176). Neste sentido a representação da criança como caracterizada pela ingenuidade e pureza afirmou-se como ideário de formação de um adulto civilizado.

Este processo não seria, no entanto, linear. Elias observa, ao longo do século XX, um afrouxamento das interdições e separações entre mundo infantil e adulto, embora certos temas continuem sendo alvos desta “conspiração de silêncio”, configurando-se como tabus.

Tomando como referência o contexto contemporâneo, Sarmiento (2004) analisa o que denomina administração simbólica da infância, quer seja “num certo número de normas, atitudes procedimentais e prescrições nem sempre tomadas expressamente por escrito ou formalizadas, mas que condicionam e constroem a vida das crianças”.

Histórica e socialmente variável, a administração simbólica da infância concretiza-se, a exemplo, nas atitudes esperáveis a respeito da frequência ou não a certos lugares por crianças, tipo de alimentação promovido ou proibido, horas de admissibilidade ou de recusa de participação na vida coletiva,” etc...(p. 5) e, poderíamos ainda acrescentar, naquilo que a criança pode saber ou não deve saber, tal como naquilo que ela pode falar ou deve calar para que corresponda a sua condição social que é a própria infância. Tais atitudes tanto podem ser implícitas e subjetivas, como o são os silêncios sobre alguns assuntos na frente das crianças; quanto podem ser explícitas e objetivas, como a Classificação Indicativa no Brasil que estabelece critérios precisos para a sugestão de adequação etária dos produtos culturais, a saber, a presença de três conteúdos: drogas, sexo e violência.

Mais recentemente observa-se na produção cultural dirigida à criança a emergência de obras como livros e filmes que tematizam questões anteriormente interditas, dentre as quais o chamado obsceno infantil, fragilizando a conspiração do silêncio referida por Elias. Para Foster (1998), foi a partir do relaxamento dos costumes, pós década de 60, que os autores e editores de livros infantis, anteriormente relutantes e temerosos da resistência dos adultos, passaram a publicar obras com referências escatológicas e sexuais.

Assim é que tal produção faz-se hoje presente numa diversidade de títulos, sendo o tema abordado também em filmes e produções televisivas. No entanto, nos estudos contemporâneos da infância, tal objeto mostra-se quase ausente. Observando-se o registro e análise deste tipo de produção, ainda que rarefeita, entre os chamados folcloristas.

O obsceno no folclore infantil

Se os estudos contemporâneos da infância vêm dialogando com os mais distintos campos de conhecimento, as referências ao folclore são pouco presentes, quase restringindo-se à produção em língua inglesa. Tucker (XXX) em seu estudo *Childrens*

folklore scholarship since the nineteen century, ao contemplar o campo do folclore, destaca que a American Folklore Society criou em 1977, uma sessão para o estudo do folclore infantil. Destaca-se também a publicação pela mesma autora em 2008 da obra *Childrens Folklore: a handbook*.

Em sua investigação sobre o chamado folclore infantil Foster (2001) destaca que desde a criação do termo folclore em 1846, por Ambroise Merton (pseudônimo de William Thoras), entendido como estudo da literatura e patrimônio do povo, faz-se presente a referência à produção infantil. O criador do termo lançou mão de exemplos de costumes tradicionais infantis para ilustrar o conceito de folclore.

A partir de uma perspectiva evolucionista característica do século XIX que associava a criança aos povos primitivos, ou ao mundo rural iletrado, a recolha do patrimônio cultural infantil marcou os estudos no campo. William Wells Newell publicou em 1883 a obra *Games and songs of american children*, seguida pela publicação na Inglaterra da obra que se afirmou paradigmática *The traditional games of England, Scotland and Ireland* (1894, 1898) da autora de Lady Alice Bertle Goms, que em 2 volumes fazia o registro de cerca de 800 jogos infantis, recolhidos majoritariamente através de entrevistas com adultos de camadas superiores. Nesta obra, não se fazem presentes jogos que remetem ao que definimos como obsceno. Dando sequência aos estudos do folclore infantil, Alexander Chamberlain publicou em 1896 *The child and childhood in folk- thought*, tendo observado que, em sua coleta de expressões infantis não registrou uma única expressão de linguagem ou rima vulgar (1896, p. 25 apud,Tucker, p.XX)

Seguiram-se estudos esparsos na primeira metade do século XX. Para Foster (2001), foi a partir da década de 50 que os estudos folcloristas, ao abordar a produção infantil, operam um deslocamento de um olhar evolucionista e centrado no inventário da produção para uma perspectiva fundada na observação das crianças, conferindo-se destaque aos processos de transmissão e aprendizagem característicos deste grupo geracional, nas interações entre os pares⁶.

Em seu levantamento historiográfico do folclore infantil, Tucker estabelece uma caracterização das diferentes representações das crianças nesta produção. Destaca-se o

⁶ Destaca-se o paradigmático estudo de Opies & Opies: *Lone anda language of schoolchildren*, de 1959.

que define como *Taboo-breaking child* (a criança ruptora de tabus), em que os estudos voltam-se para o chamado obsceno infantil.

Neste levantamento, são ressaltadas algumas obras, todas produzidas após a década de 60, já que, para a autora, só após o relaxamento dos costumes experimentado após aquele período histórico, foi possível falar sobre o tema sem ameaçar os prováveis leitores.

Assim é que em 1968, Gerston Legmens, a partir de uma perspectiva psicanalítica, publicou o estudo *Rationale of dirty Joe*, em que contempla expressões escatológicas e sexuais das crianças.

No entanto, para Tucke, é apenas com a publicação em 1974 da tese de doutorado do folclorista Claude Gaignebet *Le folklore obscene des enfants* que se identifica a primeira produção sistemática do campo que contempla o que o autor definiu como obsceno infantil. A partir da análise de obras literárias, manuscritos, entrevistas com crianças e adultos, Gaignebet demonstrou que tal produção remetia a uma tradição presente na França desde o século XVI (especialmente Rabelais).

Constatada a tradicionalidade do repertório a questão que se coloca é quanto à transmissão. Reconhecer o folclore como um conjunto de artefatos culturais estáveis, não quer dizer assumir uma concepção de socialização como mera inculcação. Portanto, usaremos nesse trabalho o conceito de Corsaro (2001) de reprodução interpretativa para analisar um repertório marcado pela tradicionalidade e, por isso, folclórico, não significando que as recorrências temáticas e estruturais sejam passivamente assimiladas, mas, ao contrário, que são interpretadas ativamente pelos sujeitos. Dessa forma, uma vez que o compartilhamento do obsceno infantil não atende ao ajustamento das crianças à sociedade, mas parece responder mais diretamente ao interesse das próprias; optamos pela utilização desse modelo teórico que, diferentemente do modelo tradicional de socialização, considera que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade, mas contribuem ativamente na cultura. Nessa perspectiva, e considerou-se que elas não apenas reproduzem estruturas e temas (Joãozinho foi pra escola, Joãozinho leva um recado, Papagaio que falava palavrão, etc...), mas também criam e reinterpretam na condição de atores sociais.

Assim é que se objetivou compreender os modos e as razões do compartilhamento do obsceno infantil no interior dos Estudos da Infância, entendendo-o como um repertório reproduzido interpretativamente pelas crianças, podendo ou não ser tradicional e assumir a forma de um folclore. Ou seja, uma fala, gesto ou desenho gráfico compartilhado tradicionalmente ou não.

Se o que a criança pode dizer e saber é distinto daquilo que o adulto pode saber ou falar, como e por que as crianças compartilham o obsceno infantil? Por que esse saber por vezes se configura como um folclore?

É interessante observar que as crianças que dominam as habilidades linguísticas e sociais do folclore obsceno costumam ser líderes de seus grupos (GAIGNEBET, 1974, 2002), (FERNANDES, 1944, 2004), fazendo com que essa literatura oral, aparentemente marginalizada e marginalizadora, possa ter também uma função integrativa e de marca linguística de identidade do grupo (PEREA, 2011). Os saberes valorizados entre os pares nem sempre o são na relação com os adultos da família e da escola, o que demonstra a singularidade das relações entre os pares na cultura infantil.

O trabalho de campo

Diante essas questões e hipóteses, foi formulada como estratégia metodológica a observação da interação entre crianças de classe média. O passo seguinte foi a definição da escola como espaço do trabalho de campo, ancorada na suposição de que as crianças de classe média urbana em geral interagem mais frequentemente com seus pares nas instituições de educação. A observação foi realizada em uma escola que atende famílias provenientes de frações intelectualizadas das classes médias, em geral críticas da educação tradicional, e que comumente se autodenominam alternativas e politizadas. A escolha desse perfil de escola se deu na medida em que imaginávamos que o tema teria ali um menor impacto nos valores morais, sobretudo porque o termo de consentimento livre e esclarecido seria também assinado pelas crianças. Contudo, essa escolha poderia enviesar o resultado, uma vez que nos perguntávamos se encontraríamos em um ambiente mais aberto às questões da sexualidade, o obsceno infantil, sobretudo em sua forma folclórica.

Diante dessas escolhas, buscou-se não só compreender a visão de infância e de sexualidade do grupo social dessas crianças, mas também perceber as estratégias e as

motivações para o compartilhamento do obsceno infantil desses pares. O trabalho de campo foi realizado durante todo o segundo semestre de 2012, com uma turma correspondente ao primeiro ano do primeiro ciclo, em que somavam 18 alunos entre 6 e 7 anos. Do total de crianças, apenas 2 eram meninas e 16 eram meninos, configurando uma turma predominantemente masculina. A pesquisa mostrou que as crianças eram oriundas de prole reduzida, sendo quase a metade (8) filhos únicos.

A observação das interações das crianças ocorreu desde a entrada, incluindo aulas com a professora regente, aulas extraclasse, lanche e recreio. Nela, confirmou-se a hipótese de uma fraca incidência do obsceno infantil em sua forma folclórica, tanto em relação a piadas quanto em relação aos grafitos (BELTRÃO, 1980, p. 221) em banheiro e carteiras escolares. O que se fez ver, predominantemente, foi um compartilhamento do obsceno infantil através de uma investigação coletiva mediada pela professora e bastante escolarizada, como demonstra a cena abaixo descrita.

Trata-se do meu primeiro encontro com a turma. Estamos todos sentados em roda, atividade que faz parte da rotina diária. Em outro trecho dessa mesma conversa, sou muito habilmente apresentada a eles pela professora como alguém que vai aprender com as crianças. Importante ainda notar que, nesse momento, os termos de consentimento não tinham sido distribuídos e que, portanto, as crianças ainda não sabiam sobre o tema da minha pesquisa. Ao que tudo indica, o assunto apareceu espontaneamente, uma vez que me foi relatado pela professora a inexistência de menção ao tema antes da minha chegada⁷,

Luiz: Ô, Lili, o fulano tá falando palavrão.

Lili: Que palavrão?

Luiz: Ele falou “larga do meu pé”.

André: Palavrão é puta que pariu.

Lili: E “larga do meu pé” é palavrão? O que é palavrão?

Luiz: É alguma coisa que a gente fala e o amigo não gosta.

Carlos: É uma palavra grande.

Lili: Grande, igual a paralelepípedo? A palavra que a Laurinha [coordenadora] contou pra gente outro dia?

Guilherme: É uma palavra feia!

Marcelo: Porque é igual a puta merda.

Leo: Palavrão é tipo assim abacaxi...Uma pessoa não sabe, mas a outra sabe.

Lili: Como assim?

⁷ Os nomes das crianças e da professora foram alterados para preservar a identidade dos mesmos.

Leo: É uma coisa que uma pessoa sabe o que significa e a outra não.

Lili: E como vocês sabem se uma palavra é ou não palavrão?

Marcelo: Se for uma palavra tipo de bunda ou vai tomar no cu é palavrão.

Segurando o riso, André ergue o dedo do meio (pai de todos) pra pedir a vez de falar. Olha pra mim e ri.

Fábio: Sabe, por exemplo, eu vi um vídeo que tem um cara, aí aparece uma formiga que fala um palavrão.

Lili: Tá, mas como vocês sabem que isso (aponta para o gesto com o dedo) é feio?

Luiz: Não sei, só sei que pra saber você tem que saber que isso é feio.

Luan: Será que a gente vai levar de Para casa essa pergunta?

Lili: Talvez...vocês podem perguntar pros pais de vocês o que é palavrão.

André: Palavrão é quando a gente fala tipo uma coisa que não é boa de falar.

Lili: Se não é boa de falar, porque falam?

André: Falam porque sentem uma raiva, pra liberar isso.

Leo: Por exemplo, uma pessoa só no mundo inventou os palavrões: Deus.

Luiz: Claro que não foi ele quem inventou! Ah...se fosse ele...(pensando)...se fosse ele...

Leo: Peraí, eu não acabei. Eu acho, eu acho, né, não sei....onze pessoas inventaram onze palavrões...(se dirigindo à professora)

Vou ter que falar uma palavrão pra explicar...

Lili: Tá...

Leo: Tipo...Capeta...alguém fala palavrão, as pessoas decidem que vai ser uma palavrão e que vai significar uma coisa: Deus do mal.

Luan: Sabe como a gente sabe? Alguém inventa a palavra, inventa que é feia e quando a gente fala puta que pariu, a gente lembra da pessoa que falou pra outra pessoa, que falou pra outra pessoa, que falou pra outra pessoa, que falou pra gente.

André: Como a gente sabe se a palavra é grande, como paralelepípedo e quando é palavrão?

Luan: André, você acabou de falar que uma palavra pequena é palavrão e não é...senão, meu nome ia ser um palavrão!!!

Lili: Ele disse que pooooode ser.

André: Mas bosta é pequeno e é palavrão. As pessoas falam sem saber o que é.

[conversas sobrepostas inaudíveis]

Tomás: A gente sabe que é feio porque as pessoas contam pra gente que é feio.

João: É uma coisa que não é educada...

Marcelo: Eu sei porque vai tomar no cu é palavrão...é que cu é uma parte do... (aponta pro próprio ventre)...e dedo...(aponta pro próprio dedo)...mas...porque dedo (se referindo ao gesto com o dedo do meio) é palavrão?

André: Quando Deus nasceu ele não tinha o dedo do meio. E ele inventou que ninguém ia ter o dedo do meio. Então, tudo o que ele não tem é palavrão.

A professora conduz a conversa com naturalidade, ouvindo o que as crianças têm a dizer, sem lhes oferecer uma resposta acabada, sem dar muita atenção às piadas que surgem, inevitavelmente com o assunto. Algumas crianças aproveitam do gozo do poder dizer e se divertem falando o que não poderia ser falado em outras ocasiões. Outras crianças trazem para essa discussão as posturas de pesquisa e habilidades escolares que já vinham sendo desenvolvidas com a professora em outros projetos - propõem uma pesquisa formal e sugerem levar as questões ali levantadas pra casa. Em uma roda de piadas observada, uma criança propõe que elaborem um livro de anedotas da turma, mostrando o quanto levam a sério a investigação ali proposta. Elas se empenham na construção coletiva de um saber sobre a sexualidade com seus pares e chegam a elaborar, também conjuntamente, conceitos de palavrão. Para as crianças dessa turma, um palavrão é:

- “uma coisa que a gente fala e o amigo não gosta”,
- “uma palavra feia”,
- “uma palavra que uma pessoa sabe o que significa e outra não”,
- “é uma palavra que não é boa de falar, mas que falamos porque sentimos raiva, pra liberar isso”,
- “é uma palavra que alguém inventou e decidiu que era feia”,
- “que uma pessoa conta pra outra que é feia e que a gente lembra de quem ensinou pra gente que era feia”;
- “é uma coisa que não é educada”,
- “é uma palavra que diz sobre as partes sexuais”,
- “é uma coisa que Deus não tem”.

Em resumo, no conceito construído coletivamente por essas crianças, implicadas junto a seus pares numa investigação sexual infantil, um palavrão é uma palavra arbitrariamente inventada por um outro (por Deus ou pela cultura), que elas não sabem o que significa (embora alguns desconfiem que se refira à realidade de seus corpos), mas que alguém decide que é feia. Para elas, a seleção das palavras feias é comunicada às crianças como num segredo compartilhado. Prosseguem entendendo que tais palavras não devem ser faladas porque são feias e falá-las consistiria em má educação, já que possuem potencial para ofender alguém. Apesar de ser feio falar palavrão, consideram que é bom falar para desabafar alguma raiva. O conceito dessas crianças, que não pode ser generalizado para outros grupos infantis, confirma o conhecimento da interdição do palavrão em sua função agressiva ou injuriosa. Marca ainda o desconhecimento, para alguns, do significado dos palavrões. Diante deles, as crianças se dizem aquelas que não sabem.

Algumas considerações

Por se tratar de um estudo de caso, credor das especificidades do grupo em questão, tais conclusões não poderão ser universalizadas, tampouco esgotam as possibilidades de existência de outros modos e outras razões. Permanece, portanto, a pertinência de outras investigações, em outros espaços de socialização, com crianças de faixas-etárias diferentes, ou em instituições escolares de outras camadas sociais.

Foram identificadas particularidades da reprodução interpretativa nesse grupo que dizem respeito à quantidade e à qualidade, possivelmente decorrentes da idade das crianças e da escola escolhida. Embora haja um julgamento um tanto subjetivo nessa afirmação, foi observada uma baixa incidência do obsceno infantil tanto no compartilhamento oral, quanto nos grafitos de muros, paredes e portas de banheiros⁸. Outra particularidade verificada nesse grupo de crianças diz respeito ao modo como obsceno infantil nessa turma poucas vezes se apresentou como um folclore, mas antes, majoritariamente, assumiu a forma de uma investigação fortemente mediada pela professora.

A caminho de uma conclusão, serão elencadas algumas possíveis razões que poderiam ajudar a compreender as particularidades da observação nesse grupo, tendo como pressuposto o fato de que o compartilhamento do obsceno das crianças necessita de algumas condições.

Talvez a baixa incidência do obsceno infantil na observação se deva à idade daquelas crianças que, encerrando a primeira infância, “desenvolvem sentimentos de vergonha e de repugnância que então se alçam contra os prazeres perversos da primeira infância, como efeitos da coerção educativa ou de uma evolução determinada biologicamente...” (MILLOT, 1987, p. 25).

Ademais, torna-se difícil desconsiderar que tal compartilhamento apontou uma significativa mediação da cultura produzida por adultos e endereçada às crianças. Assim, através da assepsia dos programas infantis, imbuídas da precaução a todos os riscos contemporâneos alardeados (a obesidade, os traumas, a sexualização precoce ou o bullying), as crianças urbanas das camadas médias lidam com assuntos considerados

⁸ Foram realizadas observações preliminares e recolhidas memórias que serviram de contraste ao observado, possibilitando afirmar com alguma segurança que, em relação a esses outros trabalhos de campo, os dados obtidos na observação em questão foram significativamente menores e específicos.

adultos de forma significativamente mediada, até porque convivem pouco com crianças de outras idades e de realidade social diversa. A elas são oferecidos os desenhos animados destituídos de antagonismo, as piadas politicamente corretas e o escatológico descontextualizado do mercado editorial. Dessa forma, as crianças contemporâneas desses meios sociais parecem lidar com uma nova interdição bastante sutil e suficientemente convicta da necessidade de protegê-las de certos assuntos. Esse modelo aparentemente zeloso de administração simbólica da infância parece direcionar boa parte da cultura produzida para crianças de classe média, tal como assegura a proposta do canal Discovery Kids, esclarecida pelo site Tudo em foco (PROGRAMAÇÃO, 2013).

Toda criança necessita de lazer e diversão para que possa crescer saudável e sem traumas relativos à infância. E é isso que o canal Discovery Kids oferece: desenhos animados 24h por dia para que as crianças fiquem felizes, e os pais, despreocupados.

Aparentemente protegidas de informações julgadas inapropriadas ao passo em que recebem diversas informações prescritivas sobre ecologia, nutrição e até mesmo sexualidade_ desde que de forma científica e predominantemente com um enfoque na reprodução_ as crianças são alvo de toda sorte de publicidade, enquanto prevalece a despreocupação dos pais.

A baixa incidência do folclore talvez seja efeito da instabilidade dos discursos e narrativas tradicionais, fruto de diversas rupturas sociais a que assiste à chamada segunda modernidade. Tal observação permanece como hipótese, mas talvez fosse possível ainda pensar que a tradicionalidade e o recorrente anonimato do folclore permitam à criança jogar com a repetição que autoriza a falar o que não pode ser falado. Brincando de ser um papagaio repetidor, as crianças de diversas culturas, através do folclore obscuro infantil, poderiam dizer o obscuro porque não precisariam assumir a autoria do que é dito.

Sendo assim, dentro de um contexto em que o educador acolhe a curiosidade da criança, essa expressão da “fantasia de virar a mesa” observada por Darnton (2010) nas histórias obscenas contadas por camponeses no contexto das relações políticas medievais, perde seu valor.

Ainda que seja de interpretação cambiável, o folclore obsceno infantil e sua recorrente linguagem figurada parecem expressar um saber da criança que se pretende adulterar “para ajustá-lo ao sonho do adulto e colocá-lo sob o signo dos civilizados” (CERTEAU, 2005, p. 76). Essa manobra de ajustamento e a resposta adaptativa das crianças são recorrentemente parodiadas no anedotário infantil, como ilustra a seguinte piada aqui contada livremente:

A (ingênua) professora pede ao aluno que formule uma frase com a palavra urubu. Nosso tolo astuto cria uma (esperada) rima obscena e é repreendido por isso. Diante da reprovação, esse personagem, que na França leva o nome de *Totto* ou *Cafouquette*, nos Estados Unidos é *Little Jonnhy*, nos países de língua castelhana é *Jaimito*, e no Brasil é carinhosamente conhecido por Joãozinho, retifica:

— Urubu tem pena no pé, só não tem em outro lugar, porque a professora não quer.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. *O estranho mundo que se mostra às crianças*. São Paulo: Summus, 1983.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família* (1975). Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BRASIL. Portaria n.º 796, de 8 de setembro de 2000. Dispõe sobre a classificação indicativa de diversões e espetáculos públicos e os programas para emissão de televisão.
- BREAL, M.; BAILLY, A. *Dictionnaire Étymologique latin*. Paris: Librairie Hachette, s/d.
- CERTEAU, M. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995. p. 76.
- CORSARO, W. Métodos etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 83-103.
- CORSARO, W. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. *Teoria e prática na pesquisa com crianças*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.
- CORSARO, W. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DARNTON, R. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- DELALANDE, J. *Enfant*. In: VAN ZANTEN, A. (Org.). *Dictionnaire de l'éducation*. Paris: PUF, 2008. p. 246-251.
- ELIAS, N. *Au-delà de Freud - sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: Découverte, 2010.
- ELIAS, N. *O processo civilizador* (1939). v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FACTOR, Jane. Three myths about childrens folklore. In : BISHOP, Julia & CURTIS, Marvin: (org) *Play day in primary school playground: life, learning and creativity*. London: Open University Press, 2001 pp. 24-36
- FARIA FILHO, L. M.; FERNANDES, R. (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERACINI, L. Biografia de Erasmo. In: ROTTERDAN, E. *De Pueris*. São Paulo: Escala, 2008.
- FERNANDES, F. As trocinhas do Bom Retiro (1944). In: _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. p. 305.
- FERNANDES, F. Aspectos mágicos do folclore paulistano (1944). In: _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. p. 413-455.
- FERNANDES, F. Folclore e ciências sociais (1959). In: _____. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 3-21.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, *Além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 14).

FREUD, Sigmund. Os chistes e as espécies do cômico. In: Edições standard obras completas Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977(1905) pp. 207-265

FREUD, S. Prefácio a “Ritos escatológicos do mundo inteiro” (1913), de J. G. Bourke. In: _____. *O caso Schreber e outros textos* (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 10).

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos* (1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 124-251. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

GAIGNEBET, C. *Le folklore obscène des enfants* (1974). Paris: Maisonneuve et Larose, 2002.

GOUVEA, M. C. S. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: GOUVEA, M. C. S.; SARMENTO, M. (Orgs.). *Estudos da infância - educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOUVEA, M. C. S. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. *Revista Educação e Realidade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/11394>>. Acesso em: mar. 2012.

MILLOT, C. *Freud antipedagogo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PERREA, F. Les gros mot, paradoxes entre subversion et integration. *Cairn.info*, 2011/1 n. 83-84.

ROTTERDAN, E. *A civilidade pueril* (1530) e *De pueris* (1529). Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, N.; GOUVEA, M. C. *Estudos da infância - educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

TUCKER, Elizabeth. Changing concepts of childhood: childrens folklore scholarship since the nineteen century. In *Journal of American Folklore* vol. 125 issue 498, fall 2012.